



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2021.0000110236

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2303191-48.2020.8.26.0000, da Comarca de Barueri, em que é impetrante RICARDO ASURARA DOS SANTOS e Paciente LIS CAROLINA AREVALO, é impetrado MMJ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BARUERI.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Julgaram prejudicado o Habeas Corpus. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CLÁUDIO MARQUES (Presidente sem voto), POÇAS LEITÃO E WILLIAN CAMPOS.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2021.

GILDA ALVES BARBOSA DIODATTI

Relatora

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO: 009133

HABEAS CORPUS: 2303191-48.2020.8.26.0000

IMPETRANTE: RICARDO ASURARA DOS SANTOS

PACIENTE: LIS CAROLINA AREVALO

CORRÉU: PAULO SÉRGIO FERREIRA DA SILVA

COMARCA: BARUERI — 2ª VARA CRIMINAL

(autos de origem: 1503141-15.2019.8.26.0542)

(prevenção: *habeas corpus* 0051281-34.2019.8.26.0000)

HABEAS CORPUS. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PREJUDICIALIDADE. 1. Superveniência de sentença condenatória, na qual foi revogada a prisão preventiva da paciente. Perda superveniente do objeto. 2. **Impetração prejudicada.**

O Advogado RICARDO ASURARA DOS SANTOS impetra o presente *writ* de *habeas corpus* repressivo com pedido de liminar, em favor de **LIS CAROLINA AREVALO**, alegando constrangimento ilegal por parte do MM. JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BARUERI, que converteu a prisão flagrancial da paciente em preventiva, a manteve, e incorre em excesso de prazo para a formação da culpa, no processo nº 1503141-15.2019.8.26.0542, em que ela foi denunciada como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006 e no artigo 311 do Código Penal (tráfico ilícito de entorpecentes e adulteração de sinal identificador de veículo automotor).

Pleiteia, liminarmente e ao final, a revogação da prisão preventiva da paciente, ainda que com imposição de medidas cautelares diversas (CPP, art. 319) ou, subsidiariamente, a substituição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

da prisão preventiva por domiciliar. Alega que a paciente está presa há mais de 385 dias, sem que tenha dado causa ao prolongamento da instrução. Sustenta, ainda, a ausência dos requisitos da prisão preventiva e a presença dos da liberdade provisória, reforçados pela existência de fatos novos, consistentes no indeferimento de pedido de liberdade provisória deduzido na audiência realizada em 17.12.2020 e na "*conduta social da paciente sendo posta em liberdade*" (fl. 08), que cumpriria rigorosamente o que lhe fosse determinado (fl. 13). Defende que a segregação provisória é medida excepcional e, no caso, desproporcional, haja vista que a paciente possui bons antecedentes, residência fixa, ocupação lícita, não pertence a organização criminosa e é acusada de infrações que não envolvem violência ou grave ameaça à pessoa. Acena, ainda, com a ocorrência de ilegalidade por cerceamento de defesa, uma vez que a mídia relativa à audiência realizada em 17.12.2020 não teria sido disponibilizada no prazo regulamentar, qual seja, 48 horas, nos termos do artigo 16, inciso I, da Resolução CNJ nº 329/2020. Tece considerações a respeito do risco que a manutenção da prisão preventiva representa à saúde da acusada, tendo em vista a pandemia do Covid-19. Destaca que a paciente preenche os requisitos objetivos e subjetivos para a concessão de prisão domiciliar, nos termos do decidido nos *habeas corpus* nº 143.641/SP e 165.704/DF, por ser mãe de crianças. Invoca ofensa ao princípio da presunção de inocência (fls. 1/14).

A liminar foi apreciada e indeferida no Plantão Judiciário de Segundo Grau pelo Eminentíssimo Desembargador Otávio de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Almeida Toledo (fls. 241/242), decisão ratificada por esta Relatora (fls. 244/247). Prestadas as informações de praxe (fls. 249/250), a douta Procuradoria-Geral de Justiça, em respeitável parecer lançado nos autos, opinou pelo julgamento do pedido como prejudicado (fls. 254/256).

É o relatório.

A impetração está prejudicada, por não mais prevalecer o alegado constrangimento ilegal.

Isso porque, conforme se extrai dos autos digitais do processo de origem, por r. sentença prolatada em 20.01.2021 (fls. 212/218, daqui em diante sempre dos autos de origem – consulta via sistema informatizado E-SAJ), a paciente foi condenada às penas de 4 anos, 10 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 485 dias-multa mínimos, **revogando-se a prisão preventiva**, com expedição de alvará de soltura na mesma ocasião (fls. 219/223).

Dessa maneira, alcançada a pretensão deduzida por meio do presente remédio heroico, não há mais que se cogitar no alegado constrangimento ilegal.

Acrescenta-se que, segundo o artigo 659, do Código de Processo Penal, *"Se o juiz ou o tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará prejudicado o pedido."*

Ante o exposto pelo meu voto, **JULGO**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREJUDICADA A IMPETRAÇÃO, nos termos do artigo 659 do Código de processo Penal.

GILDA ALVES BARBOSA DIODATTI

Relatora